

Impacto será sentido fortemente na capital

Siglas vão precisar de cautela para investir valores menores em 2016

LUCIANA MARTINS
REPÓRTER

O embaraço vivido pelos partidos por causa da operação Lava Jato, culminando com a prisão dos presidentes das maiores empreiteiras do país, de fato, traz sérias complicações para os partidos que buscam se manter em seus postos a cada eleição, seja ela municipal ou geral. Neste contexto, a cientista política Luciana Santana, diz que o peso das grandes empresas são sentidos das campanhas, que geralmente são robustas e com custos elevados.

Santana ressalta que o impacto com as reduções das doações poderá ser sentido, principalmente, nas campanhas políticas desenvolvidas nas capitais. Nesse caso, teremos um número menor de empresas investindo valores menores nas campanhas. O processo contra responsáveis ou de pessoas com grande poder de influência em empresas envolvidas na Lava Jato ainda está em curso, mas o envolvimento em si já passa a causar maior prudência e cautela na decisão de financiar", analisa a cientista política.

Em sua concepção, pode sim ocorrer uma redução no investimento das campanhas em 2016, primeiro por causa da crise econômica, segundo por causa dos constrangimentos, considerados



SANDRO LIMA

Luciana Santana cita também a crise econômica como fator preponderante para as campanhas

positivos, que a operação Lava Jato está causando, e por fim, por ser uma eleição municipal.

SEM HOLOFOTES

Quanto uma possível influência negativa destas empresas na imagem dos candidatos, a cientista política assegura que os candidatos e seus partidos querem vencer as eleições.

"Se não houver falcatruas ou superfaturamentos, não

há motivos para deixarem de aceitar. Dificilmente os doadores aparecem nas campanhas de forma explícita. O peso é na prestação de contas", explica a cientista política em entrevista à reportagem da **Tribuna Independente**.

As eleições de 2016 não devem sofrer mudanças bruscas, quando o assunto é financiamento de campanha. Para Luciana Santana, exis-

te a necessidade de aguardar os deputados federais aprovarem a reforma política ainda em tramitação em Brasília.

"O que for aprovado sobre reforma no Congresso só começará a valer depois de 2018. Não acredito em campanhas mais baratas, ao contrário, a competitividade torna-se mais equilibrada e justa sem corrupção", asseverou.